

Clube de Paris aguarda relatório do FMI para abrir negociação com País

ANY BOURRIER
Correspondente

PARIS — “A decisão do Governo brasileiro de declarar a moratória de sua dívida externa pública não modifica a posição do Clube de Paris a respeito deste problema”, declararam ontem fontes do Clube. As mesmas fontes insistiram no fato de que “estão aguardando com expectativa o relatório da missão do FMI que ainda está no Brasil, com a análise da situação e das perspectivas da economia brasileira. Só em caso de apreciação positiva é que vão reabrir as negociações com o Brasil. Enquanto isto, os créditos oficiais estão automaticamente suspensos”.

A única reclamação da Diretoria do Clube de Paris foi a falta de atenção das autoridades brasileiras, que poderiam ter comunicado a decisão aos credores antes de informar a imprensa. “Nós tomamos conhecimento da moratória através de despachos de agências e do noticiário dos jornais de Paris”, informou alta fonte do Tesouro francês. E, de fato, os jornais de Paris comentaram amplamente a decisão do Ministro Bresser Pereira em suas primeiras páginas, junto com o noticiário sobre o quebra-quebra na Avenida Rio Branco, no Rio.

Com humor amargo, os dirigentes do Clube de Paris reconhecem que “o Governo brasileiro tomou muito mais precauções conosco que com os bancos privados, ao nos dizer que não se trata de uma agressão contra os credores. Tomamos nota desta fal-

ta de agressividade mas não podemos dizer que os credores são compreensivos. Nunca é agradável ver o devedor suspender seus pagamentos e já demonstramos muita paciência com o Brasil em janeiro, reescalando provisoriamente seus débitos sem que tivesse feito um acordo prévio do FMI”.

Na verdade, a moratória decidida por Bresser Pereira não foi uma surpresa pois o Clube de Paris já tinha informado a comunidade bancária que, a partir de primeiro de julho, o Brasil estaria em situação de moratória técnica, já que os credores recusaram a proposta apresentada ao órgão há 15 dias por Antonio Pádua Seixas e Rubem Barbosa. A Diretoria do Clube de Paris até minimiza o impacto da moratória, afirmando que “não foi uma iniciativa do Brasil. O País foi levado à moratória por decisão dos credores, que não aceitaram as alternativas propostas pelos emissários de Brasília. O Governo brasileiro pediu condições idênticas às de Moçambique — prazo de 20 anos, com 10 de carência, para o reescalamento — e a Diretoria do Clube de Paris julgou que não se pode comparar a economia de uma potência como o Brasil com a de um dos países mais pobres do mundo”.

Interrogada sobre as possíveis medidas de retaliação por parte dos credores, fonte do Tesouro francês disse que “haverá uma reação dos membros do Clube de Paris mas ela vai ser endereçada diretamente ao Governo brasileiro, quando chegar a hora”.